

Imprensa Militar: ciência, tecnologia e política no Império¹

*José Miguel Arias Neto*²

Introdução

Ao longo do século XIX, decorrente da Revolução Industrial, a tecnologia em geral e as máquinas de guerra em particular transformaram-se de modo radical. No que diz respeito às marinhas de guerra, um quadro resumido pode demonstrar as rápidas transformações na construção naval e no desenvolvimento da artilharia. Entre os anos de 1850 a 1880 os navios deixaram de ser construídos em madeira e passaram a ser construídos de aço, a artilharia deixou de ser composta por canhões de almas lisas e granadas sólidas e passou a ser composta por armamentos de almas raiadas e granadas ocas, bem como houve a introdução da radiotelegrafia entre outros melhoramentos³. Essas transformações aceleradas provocaram, entre os oficiais de Marinha e as altas autoridades, debates sobre a necessidade e os modos de implementá-las frente a diferentes contextos como a guerra com o Paraguai ou a corrida armamentista global que se inicia ao final do século XIX e início do XX. Este debate foi balizado também pelas relações entre Brasil e Argentina, cuja tensão após a Guerra com o Paraguai foi crescente. Naquele período mantinha-se na historiografia a representação de uma Marinha Aristocrática e Monarquista em oposição ao Exército que seria modernizante, atualmente, essa representação se encontra desconstruída por pesquisas recentes. Este mesmo período estaria sob influência dos ventos ilustradores de doutrinas positivistas tecnicistas que estimularam a busca por reformas naquela força de modo que, somado ao descontentamento militar decorrente de baixos soldos, conduziram à participação militar no golpe de estado que implantou a República em 1889 e à primazia militar nos primeiros anos do novo Regime. Deste quadro novas questões se desdobram tais como: se o desenvolvimento da ciência e da tecnologia afetou também e, especialmente a Marinha,

¹ Este artigo integra a pesquisa A imprensa Militar: um estudo dos periódicos Navais 1851-1882, financiada pelo CNPq na forma de Bolsa Produtividade 2016-2019.

² Professor de História Contemporânea. Universidade Estadual de Londrina. Professor do Programa de Pós-graduação em História Social – Universidade Estadual de Londrina. Professor do Programa de Pós-graduação em História e Regiões – Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Bolsista Produtividade nível 2.

³ VIDIGAL, Armando A. F. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

se as guerras do período e as batalhas navais decisivas que então ocorreram, bem como a corrida armamentista imperialista que envolveu disputas das grandes potências na Europa, na África e na Ásia provocaram um grande impacto no Brasil teria a Marinha se mantido à margem deste movimento político?

Este conjunto de questões apresenta, contudo, um grave limite historiográfico. Tomá-las como norteadoras implicaria em considerar que a *modernização tecnológica em curso* teria *fatalmente* conduzido à participação dos militares no processo intervencionista de 1889, como se *as intervenções na política fossem intrínsecas ao ethos militar* brasileiro.

Assim, pude reunir vastas evidências empíricas e teóricas que comprovam as seguintes questões: a) a modernização tecnológica produziu um grande impacto nas Forças Armadas Brasileiras, especialmente na Marinha, ao longo do século XIX e início do XX; b) que há questões não respondidas sobre esta problemática; c) que salvo raras exceções pouco são conhecidos os debates acerca destes impactos, realizadas no interior e no exterior das Forças Armadas; d) pouco se sabe sobre as relações entre esta modernização e a atuação política de militares de ambas as Forças, se é que essas relações existem; e) se elas existem porque produziram efeitos distintos de modo a conduzir militares do Exército à intervenção política e à não participação de militares da Armada em 1889, isto é, há uma relação entre modernização tecnológica e intervencionismo político? Seria o processo de *profissionalização do militar* que ocorre paralelamente a esta modernização responsável pela criação deste suposto *ethos intervencionista*? E quais seriam as relações entre os processos de modernização, o movimento de profissionalização e as transformações políticas e culturais de final do século XIX?

Este texto não tem a pretensão de responder a estas questões, mas sim de apresentar indícios que conduzam a uma reflexão acerca destas problemáticas. Tratando-se de uma pesquisa em curso, apresentar-se-á aqui apenas resultados parciais.

A Revista Marítima Brasileira e a Imprensa Militar

Com estas indagações iniciou-se uma investigação de um periódico militar a *Revista Marítima Brasileira*, por entendê-la como lugar privilegiado para verificar a existência de um debate acerca do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e suas relações com a política no Brasil Oitocentista.

Supunha que no âmbito desta revista encontraria os debates acerca da modernização, os impactos desta na guerra e na arte da guerra, dos armamentos e couraças dos navios, da organização da força e das necessidades técnicas e de pessoal da mesma, da defesa nacional.

No arquivo da Marinha fez-se contato com duas publicações intituladas *Revista Marítima Brasileira*. Uma que circulou nos anos de 1851 a 1855 e a outra que iniciou sua circulação em 1881 e continua a existir em nossos dias. Esta segunda seria o material primário na presente pesquisa. A problemática que havia traçado para o final do XIX aparecia, contudo, com força no periódico de 1850. Há, entretanto, algumas diferenças. O periódico de 1881 é institucionalizado, isto é, é uma revista da Marinha, com dotação orçamentária, editores nomeados pelo ministro, com todas as implicações de uma publicação institucional. A *RMB* de 1851 é de *outra natureza*, de outro *tempo histórico*, e que parece guardar relações com a revista de 1881 que não são nem transparentes e muito menos óbvias, mas que constitui uma amplificação da problemática apresentada e não pode ser ignorada. Para além do arquivo da Marinha foi possível reconstituir a coleção da *Revista Marítima Brasileira* dos anos de 1850, a partir da consulta ao setor de periódicos da Biblioteca Nacional.

Durante este trabalho travou-se contato com vários periódicos produzidos por militares destinados a militares, tanto do Exército como da Armada. De fato, esta descoberta decorreu do fato de se estar procurando também o jornal intitulado *O militar*, já estudado por John Schulz e por Adriana Barreto de Souza⁴, pois, nesta ocasião, já era considerado pertinente ao desenvolvimento da pesquisa uma comparação entre o discurso dos militares da Marinha e do Exército acerca dos temas sobre a modernização, a história, a política e a força, que estão presentes na *RMB*. Uma primeira e muito superficial leitura indicou, contudo, que se tratava de uma imprensa periódica militar, produzida por militares e destinada prioritariamente a militares. Tratam-se de periódicos inseridos na produção editorial de caráter ilustrado-científico no Brasil, bem como, nos quadros de um debate internacional sobre ciência e tecnologia aplicadas à guerra, em curso desde final do século XIX e início do século XX. Em suma, estes temas de dimensão internacional eram debatidos por esta imprensa militar. De fato, no conjunto da produção sobre

⁴ SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994. SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

imprensa no século XIX não se categoriza uma *imprensa militar*⁵, assim como também, os estudiosos dos militares não se debruçaram sobre estes documentos tomando-os como *objeto de análise* e não apenas como fontes. Na realidade, nem mesmo como fontes estes periódicos foram utilizados, aparentemente a maioria deles é desconhecida com raras exceções da maioria dos historiadores.

Desse modo, constatou-se a existência de pelo menos 24 periódicos militares na Biblioteca Nacional, sendo que sete deles dizem respeito especificamente à Marinha: *o Cidadão Soldado, O Militar no Rio de Janeiro, O soldado aflito, o Tareco Militar, O Militar, O Soldado Brasileiro, Revista Marítima Brasileira, O Brasil Marítimo, O Militar, O Militar Brioso, Annaes Marítimos, O indicador militar, O soldado e o marinheiro, Gazeta Naval, Echo Militar, O soldado, O Marinheiro, Tribuna Militar, Escola Militar, Eco Militar, O Brasil Militar, A época, A palavra*. Algumas observações se fazem necessárias. Em primeiro lugar é importante destacar que este levantamento é parcial. É possível que outros periódicos militares sejam encontrados em outros arquivos e centros de pesquisa ou mesmo na própria Biblioteca Nacional. A tomar-se como indicativo o título do periódico, pode-se supor que apenas sete (07) de um total de vinte quatro (24) são periódicos vinculados à Marinha e pelo menos um, no qual oficiais do Exército e da Marinha produziram conjuntamente no período da Guerra do Paraguai. Assim é pertinente tratá-los, quer pelo número assim como pelas problemáticas que aparecem nestes periódicos, já minimamente indicado aqui, como imprensa militar. Mas o caso brasileiro é apenas parte de um movimento ocidental de emergência de uma imprensa militar. Um levantamento assistemático e bastante incompleto⁶ permite fazer-se uma ideia da profusão de jornais no período, o que indica que o debate sobre as questões militares nos oitocentos surgiu simultaneamente em vários países: *Journal de la Flotte*, França 1841; *La Flotte, Journal de la marine royale, du commerce maritime e des colonies*, França 1843; *Nautical standard and steam navigation gazette*, Inglaterra 1846; *Le Spéctateur Militaire*, França 1855; *Journal des Sciences Militaires des Armées de Terre et de Mer*, França, 1857; *The Nautical Magazine*, EUA, 1855; *Army and Navy*

⁵ Com exceção ao trabalho de Fernanda Nascimento, com o qual se travou contato ao longo da pesquisa: NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *Imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no Exército Brasileiro (1850-1881)*. Tese de doutoramento: Porto Alegre, PUC, 2015

⁶ Este levantamento apoia-se nas seguintes fontes: *Catalogues de la Bibliothèque Impériale*. Paris: Librairie de Firmin Didot, frères, fils etc, 1857; *Boletim del Centro Naval*. Buenos Aires: 1882; 19th Century British Library Newspaper T U Delft Library ; *Catálogo Metódico da Biblioteca da Marinha*. Rio de Janeiro: Tipografia Esperança, 1879 Apud NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *Op. Cit.*.

Journal, EUA, 1874; *Revista Maritima Italiana*, 1875; *Boletim del Centro Naval*, Argentina 1822 e *Anais do Clube Militar e Naval*, Portugal 1887. Há que se destacar algumas questões. Em primeiro lugar, não estão relacionadas todas as publicações militares do período. Em segundo lugar, a data constante não se refere necessariamente à fundação da publicação, mas sim ao que consta no catálogo utilizado para consulta. Também é necessário ressaltar que não são periódicos institucionais, isto é, no caso brasileiro e mesmo no argentino, essas publicações não são editadas pelo Exército ou pela Marinha, mas sim por oficiais destas armas que atuam de modo independente. Por outro lado, estas revistas estão perfeitamente inseridas em um mercado nacional de produção editorial participando da constituição de um espaço público nos Oitocentos. Localizando a origem deste processo no momento da independência, Marco Morel observou:

É neste momento crucial que começa a se fazer de maneira mais consistente, no Brasil, a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes para um espaço público onde se consolidavam debates através da imprensa (que nem sempre era vinculada ao poder oficial do Estado) e onde ganhavam importância as leituras privadas e individuais permitindo a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão-leitor e representando uma espécie de somatório das opiniões.⁷

É, portanto, neste momento de emergência da imprensa moderna, que ocorre o surgimento de jornais produzidos por militares, destinados aos militares e à sociedade em geral. Isto ocorre porque as temáticas discutidas pela imprensa militar estão relacionadas às questões gerais da sociedade brasileira e também à própria dinâmica do funcionamento da produção editorial. De fato, desde o início do século XIX, há um grande número de periódicos, muitas vezes vinculados a associações e partidos políticos que configuram um espaço público de debates e de participação política no país. Muitos militares, desde aquele período, manifestavam sua opinião e seu ponto de vista através destes periódicos. Outros criaram periódicos de cunho militar mais explícito ou pelo menos cujo título evocava uma característica militar como, por exemplo, *O cidadão soldado*, *O soldado aflito*. É importante destacar que a maioria dos periódicos militares surgiu após 1850, ou

⁷MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. 2 ed. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2010, p. 205-6.

seja, quando o Império adquiriu notável estabilidade política com o predomínio saquarema e com a conciliação. Era o momento em que o mercado editorial no Brasil se dinamizava com o advento de tecnologias, como a prensa litográfica rotativa que possibilitou uma ampliação na reprodutibilidade técnica no plano da comunicação escrita. Com isso, os anos da década de 1850 constituíram a era dourada das revistas ilustradas e das satíricas. O mercado editorial, em termos globais, foi agitado pelo aumento das atividades de divulgação científica, especialmente a partir dos anos de 1860⁸. Até o final daquele século, a guerra do Paraguai e a crise militar do Império capitalizaram o esforço dos editores destes periódicos. Não restam dúvidas que no final do XIX a crise política foi tema dos periódicos, como se pode perceber através da manifestação da veia poética do articulista de *O marinheiro* (autor desconhecido) com a representação que certos militares faziam dos civis naqueles anos de 1881: *Os bacharéis :Perguntava-se há poucos dias, A certo padre taful Por que inundam bacharéis, Tanto a América do Sul/ Fica o padre pensativo/,Carrega o sobr'olho e a cara e de pronto responde/ Com voz pesada e amara: Castiga Deus quando apraz /Com sua ira os fiéis:Teve o Egito gafanhotos O Brasil tem bacharéis.*

Ciência, Tecnologia e política

Embora a discussão das questões de ciência e tecnologia tenha ganhado notoriedade entre os militares após os anos de 1850, a ideia de se tratar de questões científicas vinculadas à defesa do país já aparecera no início do XIX. Em 1833, o jornal liberal *O cidadão soldado* observava que, a despeito do princípio constitucional da obediência passiva das Forças Armadas, poderia ser

tolerável e consentido, se houvesse uma associação militar com o fim de tratar de matérias científicas (...) com o fim de ser útil à pátria apresentando ao governo planos diversos de fortificações adequadas às diversas posições, maneira de fazer a guerra defensiva nas nossas províncias, etc⁹.

⁸ Acerca destas questões ver: KNAUSS, Paulo, et alli. *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Mauad X; FAPERJ, 2011. MOREIRA, Ildeu et alli. *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Forum de Ciência e Cultura, 2002.

⁹*O Cidadão Soldado*, N 01, 16 de novembro de 1833, Rio de Janeiro, p. 2.

De fato, a Constituição Imperial em seu artigo 147 estabelecia que *A força militar é essencialmente obediente; jamais se poderá reunir sem que lhe seja ordenado pela autoridade legítima*¹⁰. Embora o *Cidadão Soldado* invocasse, em 1833, este princípio para condenar as atividades políticas conservadoras da *Sociedade Militar*, de modo não intencional antecipou uma questão que apareceu nas páginas da Revista Marítima Brasileira acerca da discussão das questões de ciência, tecnologia e defesa. A *RMB* foi fundada em 1851 e era editada por alguns oficiais da Marinha. Em sua primeira edição assim é anunciado:

(...) Em extremo orgulhosos dos foros de cidadãos brasileiros, jamais adotaremos o princípio de que a obediência passiva imposta ao militar importe incompatibilidade às suas aspirações políticas, e nem entenderemos no sistema que nos rege, justo e legal o exclusivismo em assuntos de interesse geral da sociedade”

Alguns dos objetivos enunciados pela revista são

1º - A REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA será publicada de 15 em 15 dias, em formato de 4º e com 8 páginas, ou mais se for possível (...)

3º - Receberá artigos que versem sobre marinha, embora seus autores não pertençam a Ela, devendo os mesmos autores responsabilizar-se pelas suas doutrinas.

4º - Publicará os atos do Ministério da Marinha que estabelecerem medidas genéricas; relatórios e informações importantes dirigidas à respectiva Secretaria, precedendo licença do Exmo. Ministro; todas as notícias marítimas e de interesse científico, contanto que se possa provar sua autenticidade; e quaisquer traduções ou descobertas úteis nos diferentes ramos da Marinha.

5º - Finalmente a REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA procurará difundir, por meio de artigos apropriados, tudo quanto possa contribuir para o melhoramento e progresso da nossa marinha de guerra e mercante, quer no sentido científico, quer no sentido prático; e igualmente propagar ideias tendentes a dar impulso a administração da marinha e suas delegações, segundo o melhor ponto de vista a que seja possível atingir, não só a respeito do seu pessoal e material como a respeito de sua escrituração, contabilidade e fiscalização.

¹⁰ Constituição Política do Império do Brazil.

6º - Não publicará artigos em sentido político, principalmente os que censurarem atos do governo”¹¹.

É possível verificar que o princípio constitucional da obediência passiva permanecia uma preocupação para os militares que pretendiam se colocar na arena pública para uma discussão política ou científica. De qualquer modo, o último objetivo da revista terminou se mostrando contraditório com os demais, pois discussões sobre ciência, tecnologia e organização da Força Naval eram de fato objetivos fundamentalmente políticos e implicavam em censura a atos de outros oficiais, de comandos e do governo. Contraditória também foi a ação da revista no sentido de colocar-se como “representante da classe militar” e desenvolver ampla militância por temas afetos à corporação especificamente. E foi exatamente esta contradição entre a ação de colocar-se no espaço público e o necessário resguardo que exigia o princípio constitucional gerou, ao longo dos quatro anos de funcionamento da revista, uma série de conflitos de autoridade que terminaram apenas com o encerramento das atividades da Revista em 1855.

Um exemplo deste tipo de conflito foram as controvérsias que envolveram os editores da Revista: primeiro com o Chefe de divisão Joaquim José Ignácio (na ocasião Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte, em 1854) depois com o General Francisco José de Sousa Soares de Andréia, Barão de Caçapava. No primeiro caso, o periódico criticou os reparos que haviam sido feitos em alguns vapores de guerra pelo Arsenal. O Inspetor escreveu em defesa das obras realizadas e invocou o princípio da *obediencia passiva* afirmando que o periódico estava ferindo à *hierarquia militar*. O mesmo argumento foi utilizado pelo General Andréia quando teve seu projeto de Montepio Militar criticado pelos editores da *Revista* também em 1854. Neste caso, o General procurou o Imperador, que advertiu o Ministro da Marinha, que por sua vez repreendeu os editores do periódico. Em ambos os casos, o periódico defendeu-se contrapondo o princípio da *liberdade de imprensa* ao da *obediência passiva*. Tratou-se, portanto, de uma disputa política entre militares que envolveu o próprio Imperador e que se traduziu na luta pela correta interpretação do texto constitucional. O conflito com o general arrastou-se até 1855 e, logo

¹¹Idem, p. 2.

após ter recebido a advertência do Ministro, os editores encerraram as atividades do periódico¹².

Por outro lado, estes frequentes confrontos serviram para demonstrar como ao longo destes anos a Revista cumpriu os objetivos a que se propunha no que diz respeito à discussão científica e tecnológica, bem como à tradução de artigos de revistas estrangeiras de modo a contribuir com o desenvolvimento da Marinha do Brasil, e, ao mesmo tempo, ao objetivo não manifestado explicitamente de “representação da classe”.

Uma análise preliminar do primeiro ano de funcionamento da *RMB* permite verificar as possibilidades historiográficas do estudo da imprensa militar no século XIX. Assim, em primeiro lugar fizemos uma tipologia dos artigos e textos publicados na revista bem como uma quantificação dos mesmos. Os artigos foram classificados a partir das seguintes temáticas:

Política – Embora a publicação como um todo deva ser vista como um momento de ação política, nesta chave interpretativa foram incluídos os artigos/textos que visavam a mobilização dos militares em torno de alguma reivindicação específica como, por exemplo, a regulamentação do montepio militar, a construção do asilo de inválidos, e até mesmo a contraposição entre iniciativa pública ou privada em torno da construção naval. Também estão nesta categoria os artigos que dizem respeito ao diálogo específico do periódico com os organismos de Estado como o Senado e a Câmara dos Deputados. Outro elemento importante neste tópico é a definição da categoria militar como “profissão” e como “classe”. Em suma, o termo *Política* aqui é entendido em termos arendtianos, isto é, como ação que visa a constituição de um espaço público¹³.

História - Aqui se tratam de dois tipos de artigos. Os de história das guerras em geral, identificadas naquele momento à História Militar em si, e aos de história da Marinha do Brasil. Ambos têm a função de legitimar e de reforçar com base na história a identidade da “classe militar”.

Organização – Neste caso foram classificados artigos que tiveram por objetivo mais imediato indicar as necessidades da Marinha, quer do ponto de vista da infraestrutura como, por exemplo, a construção de um dique, quer do ponto de vista da formação militar,

12 O caso todo é reconstituído em ARIAS NETO, J. M. Revista Marítima Brasileira - 1851-1855: Um projeto de Marinha para o Império do Brasil. In: Luiz Carlos Carneiro de Paula; Renato Jorge Paranhos Resti er Junior; Marcello José Gomes Loureiro; Fabiola Maria da Silva Chagas. (Org.). *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. 1ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, v. 1, p. 116-139.

13 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

da organização dos quadros, a intendência e a organização da força naval, especificamente, isto é, das esquadras.

Ciência – No que diz respeito a este tópico, foi considerado como ciência tudo aquilo que no século XIX assim o era visto, ou seja, temas variados que iam desde a pura matemática até à descrição de viagem oceânica. Deste modo, foram considerados os artigos sobre matemática, climatologia, meteorologia, geografia, cálculo de probabilidades, viagens e descobertas¹⁴

Tecnologia– Por tecnologia foram compreendidos os artigos que tratavam de desdobramentos práticos do desenvolvimento científico: tanto o ensino de um novo método ou técnica (*know how*) como a criação de um mecanismo, uma máquina como a hélice, por exemplo. Assim, foram considerados artigos sobre novos métodos de rizar gáveas, máquinas a vapor, métodos para sondagem do fundo do mar, experiências de artilharia, criação de instrumentos de medição.

Outro – Aqui há uma variedade e dispersão de temas, variando de notícias de incêndio de embarcações, elogios a oficiais de Marinha pela imprensa, etc.

A quantificação do primeiro ano da revista, segundo esta classificação assim ficou distribuída:

Política – 34 artigos publicados – 23, 1% sobre o total

História – 13 artigos publicados – 8,8 % sobre o total

Organização – 19 artigos publicados – 13% sobre o total – 1 artigo traduzido

Ciência – 31 artigos publicados – 21,1 % do total – 2 artigos traduzidos

Tecnologia - 40 artigos publicados – 27, 2% do total – 12 artigos traduzidos

Outros – 10 artigos publicados -27,2% do total – 2 artigos traduzidos.

Verifica-se pelo levantamento realizado que a Revista efetivamente discute política, ciência e tecnologia. Estas três categorias de artigos correspondem a 71, 4% das publicações, ou seja, 105 artigos num total de 147. Em seguida vêm as publicações sobre organização, história e outros assuntos. Os artigos traduzidos, em um total de 17, representam 11,5% das publicações. Somente na temática de tecnologia foram traduzidos doze artigos, o que representa 8,2% do total de publicações e 30% do total da categoria. É importante observar que no campo dos artigos traduzidos, não seja encontrado um só

¹⁴ Ver HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. MOREIRA, Ildeu de Castro e MASSARINI, Luisa; *Op.Cit.*

sequer que pertença à categoria “política”. Isto ocorre, muito provavelmente, porque os artigos nesta categoria digam respeito às demandas internas defendidas pelos editores da revista. Devido à quantidade, não se fará aqui uma análise dos artigos da categoria “política”, mas farei uma categorização temática a título de amostragem para a construção do problema a ser investigado. Os artigos políticos da *RMB* em seu primeiro ano são os seguintes em número de 34 e podem ser categorizados da seguinte forma:

- Natureza da Revista Marítima Brasileira – 03 artigos com os seguintes temas: Motivos/objetivos da revista; Independência da Revista ; Autenticidade dos Artigos.
- Nacionalização e internacionalização – 06 artigos com os temas: composição das equipagens, indústria nacional, construção naval.
- Reivindicações da classe – 14 artigos com os seguintes temas: Montepio – Asilo de Inválidos – Aumento de Soldos – Promoções – Pensão por morte - – Recrutamento – Profissionalização – Regimento Provisional;
- Representação política da classe/ Marinha e Nação: Forças Navais, Questão Grenfell, Conselho Naval.

É possível verificar que a *RMB*, cujos editores afirmavam pela linha editorial da revista não se tratar de uma publicação política, destinava 23,1% dos artigos a discussões políticas. A revista se dizia independente, isto é, não aceitava o princípio constitucional da obediência passiva dos militares em favor da discussão dos temas militares. A publicação julgava-se, neste caso, protegida pelo dispositivo constitucional que garantia a liberdade de imprensa. Era também um periódico que militava pela modernização da Marinha.

Do ponto de vista da “classe”, reivindicava os projetos de promoções, aumento de soldos, asilo de inválidos, pensão por morte, profissionalização. E ainda propugnava por mecanismos de “representação da classe”, como o conselho naval na relação com o parlamento. Colocava-se ainda como “representação da classe”, no sentido de ser guardião do “espírito de classe” no espaço público, estabelecendo uma rede de ideias e debates com a imprensa tradicional do Rio de Janeiro; como pode ser exemplificado pelo caso do debate com o *Brasil*, sobre a independência da revista ou da questão Grenfell com o *Brasil* e com o *Correio da Tarde*. Este último aspecto indica que o alcance da imprensa militar não pode ser aquilatado somente na análise dos periódicos militares da Marinha em si, mas no estudo da dinâmica da imprensa carioca no século XIX. Ao que tudo indica,

compunham o que Robert Darnton denominava de redes de comunicação?¹⁵ Como se constituíram estas redes, qual sua extensão e como se articulavam são questões que futuras pesquisas poderão responder.

Assim questões como: “quando os militares se colocaram na arena política como “classe”? Qual(ais) o(s) conteúdo(s) e significado(s) do termo “classe” para estes e quais as implicações da “classe militar” na organização do Estado Imperial e na sua dinâmica política são questões que adquirem grande relevância a partir do estudo dos periódicos militares da marinha? A discussão sobre ciência e tecnologia, bem como a atividade de tradução de artigos estrangeiros, torna o objeto multifacetado e mais complexo. Em primeiro lugar, que não há uma distribuição regular de traduções por número da revista, ou seja, não havia uma coluna específica para “artigos traduzidos”. Isto indica que muito provavelmente os editores selecionavam matérias de interesse dentre o material que chegava ao Brasil. De certo modo podemos falar em escolhas aleatórias dentro dos produtos que eram ofertados no processo de circulação cultural. Esta situação abre novos campos de investigação: que periódicos chegavam ao Brasil, como chegavam, eram encomendados, assinados? Enfim, quais os sujeitos atores desta história ainda desconhecida?

Em segundo lugar, é importante verificar a distribuição dos artigos traduzidos, de acordo com suas fontes originais. Verifica-se que há quase um equilíbrio numérico entre artigos provenientes de fontes francesas (09) e inglesas (07). Há ainda um artigo de procedência desconhecida. Por outro lado, é possível verificar que os artigos de origem francesa provêm de quatro fontes distintas enquanto que os de língua inglesa provêm de duas fontes. Isto reforça a ideia de que os editores da *RMB* publicavam aquilo que se encontrava disponível no mercado editorial e não havia ainda uma atividade sistemática de troca entre as publicações. Em segundo lugar, destaca-se o fato de que os militares da Marinha brasileiros se utilizavam de fontes variadas para alimentar a *RMB* não apenas a imprensa militar propriamente dita. Esta segunda característica indica que a rede é de uma complexidade maior, ultrapassando e englobando os periódicos militares, daí porque a relevância da atuação dos editores da *RMB* ser considerada no conjunto do mercado cultural do período. Ainda assim, verifica-se que a maior parte dos artigos e informes são

¹⁵ DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 40-90.

retirados de dois jornais voltados às questões marítimas e navais ;o francês *La Flotte, Journal de la marine royale, du commerce maritime e des colonies* e o inglês *Nautical standard and steam navigation gazette*.

Uma terceira questão que se apresenta é o fato de que os textos traduzidos indicam uma permanência da marinha à vela ainda que estivesse se processando uma transição para o vapor. Exemplo disto são os artigos *Grude Marinho* (trata de uma nova tecnologia de vedação dos cascos de madeira dos navios); *Melhoramento náutico* (trata de um novo método de desfraldar as velas automaticamente); *Aparelho Meacock* (destinado a apagar incêndios a bordo dos navios), dentre outros. De fato, os anos cinquenta do século XIX apenas iniciavam o processo de revestimento dos navios de madeira com couraça de ferro. Também neste período a artilharia era predominantemente formada com canhões de alma lisa com granadas sólidas de carregamento pela boca. Também nesse período a armada brasileira era composta por 49 navios a vela e 10 vapores de roda mistos (vapor e vela)¹⁶. É possível verificar que a incorporação das novas tecnologias pela Marinha foi rápida, porém, dramática. Em 1831, já figuravam entre os navios da armada, três barcas a vapor com rodas. Alguns oficiais haviam sido enviados à Europa para conhecer o novo sistema e técnicos estrangeiros contratados para manutenção deste tipo de navio. Embora não tenha escapado ao espírito ilustrado dos estadistas do império as vantagens políticas destas novas tecnologias, elas padeciam de algumas limitações em sua própria natureza.

A máquina a vapor, por exemplo, inicialmente ocupava grande parte do navio, limitando o espaço para acomodações das guarnições, para depósitos de mantimentos e do combustível, fosse carvão ou madeira. Apesar de possuírem maior velocidade e força, os navios a vapor estavam contingenciados a fontes de abastecimentos nas costas continentais e, ao longo do século XIX, a navegação transoceânica permaneceu sendo realizada por navios a vela ou então pelos navios híbridos ou mistos, isto é, com propulsão a vela e a vapor. A longa permanência deste tipo de navio também se vincula ao alto valor do carvão, o que encarecia a navegação. Ao longo do século há vários avisos ministeriais da Marinha ordenando que se empregue a navegação a vapor em situações de tormenta ou de combate. Não é casual o fato do trem e não do navio ter sido o símbolo desta nova era industrial¹⁷. Ainda no que diz respeito à propulsão, a Marinha Brasileira nem havia

¹⁶ Relatório do Ministro da Marinha, 1851.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

incorporado os vapores de rodas e os de hélice já estavam em construção e constituíam a promessa do futuro na navegação. Com isso, a *RMB* estava inserida em um movimento de modernização do país e da Marinha que preconizava a incorporação de novas tecnologias produzidas no período. Nos anos sessenta, quando a Revista não mais existia, os primeiros vapores movidos à hélice foram introduzidos na armada, ao lado dos navios à vela e dos vapores de roda. Cabe ainda destacar que a esta altura, em plena guerra do Paraguai, estes vapores todos ainda eram mistos, ou seja, à vela e a vapor. Foi somente em meados da década, em 1868, que foram introduzidos os vapores encouraçados, alguns deles produzidos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Algumas observações sobre a editoria da *RMB* são necessárias. As notícias referentes aos editores são mais ou menos escassas pois, naquele momento, os periódicos não apenas não apresentavam uma ficha de expediente como também, a maioria absoluta dos artigos, eram anônimos e algumas vezes eram impressas apenas iniciais dos seus autores. De qualquer modo no artigo “A Genesis desta Revista”, datado de 1828, encontra-se a seguinte informação

Apararam-na ao nascer, fazendo-lhe a scizão umbilical, três gynecologistas intellectuais: os officiaes Antonio Cezar de Mello e Andradade, Jeronymo Pereira Lima Campos e o funcionário da contadodira Miguel Ribeiro de Carvalho. Esses officiaes e poucos outros, cujo nome nos escapam, tiveram grandes óbices a vencer, resaltando a indiferença de muitos e a opposição que quasi sempre surge quando se quer concretisar as boas inciativas.¹⁸

Por outro lado, em 1939, Didio Costa publicou um artigo na *RMB* sobre o Conselheiro Sabino Eloi Pessoa¹⁹ destacando que o mesmo foi fundador da revista no ano de 1851. Também teria figurado entre os primeiros editores Giacomo Raja Gabaglia, oficial de Marinha envolvido em atividades científicas de grande relevância no Segundo Reinado²⁰. Com exceção de Miguel Ribeiro de Carvalho, foi possível reunir algumas informações sobre os primeiros editores que assim podem ser sistematizadas:

¹⁸ VINHAES, Augusto. “A gênese desta revista. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 9, p.128 5, 1928.

¹⁹ COSTA, Dídio. Conselheiro Sabino Eloi Pessoa (1821-1897). *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, nºs 9-10, 1939, p. 939-973.

²⁰ Ver KURY, Lorelay. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): A ciencia imperial e a musa c abocla. In HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. *Op. Cit.*, p. 29-54.

- Jerônimo Pereira de Lima Campos – Assentou praça em 1840, fez o curso na Academia de Marinha. Teve, dentre os editores, a carreira militar mais longa, tendo sido reformado no posto de Contra-Almirante em 1892.
- Gioacomo Raja Gabaglia – Assentou praça em 1839, fez o curso na Academia de Marinha. Foi lente da mesma Academia. Estudou construção hidráulica na Europa, foi integrante da expedição científica para o Ceará, organizada pelo IHGB. Reformou-se em 1868.
- Sabino Eloi Pessoa – Assentou praça em 1838, fez o curso na Academia de Marinha. Foi lente na mesma academia. Foi secretário do chefe Grenfell, do Quartel General da Armada e do Conselho Naval. Membro da comissão para implantação do Asilo de Inválidos. Demitiu-se do Serviço da Armada em 1868²¹.

Os dados dos fundadores da *RMB* indicam elementos comuns ao grupo: eles assentaram praça em 1839-1840, com exceção de Antônio César de Melo Andrade, do qual não se reuniu informações mais significativas, mas que assentou praça em 1844. Também todos cursaram a Academia de Marinha, o que demonstra certa homogeneidade na formação. Além disto, esta característica faz pensar sobre a importância da Academia no processo de socialização dos militares e também como núcleo agregador de intelectuais que militavam por reformas no Império, ainda que fossem leais à Monarquia e ao Imperador, como não se cansavam de proclamar. Isto ainda permite que se possa traçar um paralelo com o jornal *O Militar* já estudado por John Schulz e por Adriana Barreto²² criado pelos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha.

Outra característica comum foi a progressão na carreira, em paralelo, principalmente se considerados os casos de Giacomo Raja Gabaglia e Sabino Eloi Pessoa que atingiram o posto de Capitão Tenente em 1861, e, sete anos mais tarde ambos se desligaram da Armada. Raja Gabaglia faleceu em 1872, enquanto Sabino Eloi Pessoa foi Conselheiro do Império e editor da *RMB*, institucionalizada pela Marinha em 1881. Além disto, ambos tiveram, enquanto oficiais da Marinha, carreiras voltadas às questões intelectuais – científicas no caso de Gabaglia e organizacionais e políticas no caso de Pessoa. Já Jerônimo Pereira de Lima Campos teve a mais longa carreira militar, tendo se reformado no período republicano, em 1892, no posto de Contra-Almirante. Consta-se que esses três editores, que muito tinha em comum, participavam de outras esferas da

²¹ Livros Mestres de Oficiais. Almanak dos Oficiais da Armada. Arquivo Histórico da Marinha.

²² SCHULZ, J. *Op. Cit.* BARRETO, A. *Op. Cit.*

sociedade imperial, além do exercício de imprensa, também desempenhavam atividades científicas e intelectuais. Assim, eles podem ser compreendidos como sendo uma amostra da elite ilustrada daquela época que partilhava os anseios de modernização do país e das Forças Armadas, mais especificamente, da Marinha.

Um outro elemento importante reside no fato de que a primeira *RMB* embora seja um periódico independente e autônomo e a segunda um periódico institucional, possuem características comuns: o debate intelectual e político, a discussão acerca da ciência e da tecnologia voltada para o aprimoramento das Forças Armadas, especificamente da Marinha e até mesmo o tipo de edição. Desse modo, o que teria mudado então?

Há indícios que a Marinha institucionalizou um espaço de debate, com o objetivo de conter e de disciplinar o debate político acerca das Forças Armadas promovido o espaço público pela imprensa militar. Não parece ser ao acaso que no mesmo ano de 1881 o Exército tenha criado a *Revista do Exército*. O que parece ter fundamentalmente mudado entre as edições da imprensa militar dos anos cinquenta e as posteriores aos anos de 1860 foi a experiência da Guerra do Paraguai e a ação política dos militares no pós-guerra. A imprensa militar parece guardar uma relação com esta ação que necessita ser investigada. Um breve retrospecto pode esclarecer esta questão. A Guerra do Paraguai instaurou uma contradição entre política interna e política externa. Em breves linhas, pode-se dizer que a campanha militar até setembro de 1865 teria encerrado a guerra. O encaminhamento dado pelo governo imperial, contudo, foi outro motivo, pois o Tratado da Aliança impunha uma solução que representou uma novidade para a política sul-americana da época: uma *guerra total* no sentido clausewitziano.²³ O tratado estabelecia no seu artigo 6º – *Os aliados se comprometem solenemente não deporem as armas senão de comum acordo, e somente depois de derrubada a autoridade atual do governo do Paraguai.*²⁴ Em outras palavras, estendia a guerra indefinidamente até a deposição de López. Neste sentido, a guerra total provocou algumas consequências na sociedade brasileira entre estas a “descoberta”, ou melhor dizendo, a aparente convicção por parte dos militares da necessidade de uma defesa permanente para que se pudesse dissuadir ou responder de imediato a uma agressão. Por outro lado, o contexto do pós-guerra, especialmente após a crise de 1875 implicava num crescente corte de despesas militares.

²³ CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 829.

²⁴ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 1182.

Mas estes cortes orçamentários ainda que tenham adquirido um contorno dramático e estimulado alguma mobilização política por parte de militares eram apenas uma parte da questão. O problema de fundo era paradigmático: desde os anos cinquenta, após a abolição do tráfico de africanos escravizados, a estabilidade política e a ânsia de investimentos capitalistas no país parecem ter trazido a convicção, por parte da elite governante, de que o investimento nas Forças Armadas era uma despesa improdutivo²⁵.

É, aparentemente no bojo desta contradição, que se processou a ação militar do pós-guerra e a imprensa militar e até mesmo a atuação na imprensa não especializada tornaram-se um instrumento de luta por parte destes militares. Naquele período, a longa tradição associativa dos militares parece ter sido ressignificada e recriada, passando de um associativismo de ajuda-mútua para a ação política. Em 1871, diante das reformas promovidas pelo Gabinete Rio Branco, oficiais navais se mobilizaram em defesa da corporação tendo fundado um Clube de Marinha, ao mesmo tempo que oficiais do Exército criavam um Instituto Militar, ambos fechados pelo governo por serem considerados uma ameaça à disciplina militar²⁶. Em 1873, a discussão acerca da Lei de Promoções da Armada provocou uma intensa e acre discussão na imprensa do Rio de Janeiro. Em março de 1879, narra Garcez Palha, oficiais do Exército e da Armada reuniram-se para combater algumas medidas propostas pela comissão de Guerra e Marinha da Câmara²⁷. Decidiu-se nesta reunião a formação de uma comissão para defender as corporações pela imprensa.

Segundo Garcez Palha, “*de todas as províncias do Império, como de todas as cidades em que existiam oficiais de terra ou mar, chegavam diariamente telegramas, aderindo à atitude assumida pela oficialidade da Corte, e remetendo dinheiro para as despesas*”²⁸. As propostas da comissão foram, no entanto, rejeitadas pelo Senado. De acordo com o autor, “*foi a primeira vez que, no Segundo Reinado, a classe militar se mostrou unida e forte*”²⁹. Os militares perseveraram nas suas tentativas de conter os cortes

²⁵ RESTIER JR, Renato Jorge Paranhos. *A modernização da Armada Imperial e os conflitos no Prata durante o Segundo Reinado (1850-1876)*. Rio de Janeiro: 2011, Dissertação de Mestrado, UERJ. Neste trabalho o autor demonstra como as elites civis do império viam a guerra como um mal necessário e, consequentemente, as despesas militares como improdutivoas.

²⁶ SCHULZ, John. *Op.Cit.*, p. 79-80. QUEIROZ, Tito Henrique Silva. *O associativismo militar no Brasil (1890-1940)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFF, 1997 p. 72.

²⁷ PALHA, Garcez. *Efemérides Navais*. Rio de Janeiro: Serviço Geral de Documentação da Marinha, 1983. p.84-5.

²⁸PALHA, Garcez. *Op. Cit.*, Idem, p. 85.

²⁹ Idem, *ibidem*.

de gastos com as Forças Armadas e, ao que parece, passaram a acreditar que deviam contar com eles próprios para representação de seus interesses; Em 1881, foi formado um *Diretório Militar*³⁰, composto de oficiais do Exército e da Armada, eleitos “*dias antes para, reunindo as classes militares, tanto na Corte quanto nas províncias, elegerem deputados que pudessem, no Parlamento, opor-se às medidas que iam sendo postas em prática e tendiam a aniquilar as duas corporações*”³¹. Em março o diretório lançou seu manifesto, juntamente com o primeiro número do periódico *O Soldado*. O manifesto fazia um elogio da nova lei eleitoral e declarava:

(...) os oficiais de terra e mar, que se acham nesta Corte, reunindo-se (...), resolveram empregar todos os esforços para que tomem assento no Parlamento, militares que pugnem pelos interesses das duas corporações e que despidos de compromissos com os partidos políticos de que teriam de depender para serem eleitos, sejam ante a nação os instrumentos do modo de pensar e de sentir dessa grande parte da população do Império (...) Cada província eleja um diretório, cada localidade nomeie uma comissão, e reunidos por um só pensamento todos aqueles que tem servido ao país na gloriosa carreira das armas, efetivos, reformados e honorários sejam os primeiros a responder ao apelo da nação, agora que convida a tomar parte ativa na representação nacional, do mesmo modo que o temos sido sempre que os brios da pátria têm exigido o imposto de sangue nos campos de peleja.³²

É fundamental observar que os termos do documento delimitavam um novo campo de lutas para os militares: o Parlamento no qual se defenderiam os interesses das corporações, como se defendia os brios da pátria nos campos de batalha. Em 1881, como já se afirmou a criação da *Revista Marítima Brasileira* e da *Revista do Exército*, ambas institucionais. Finalmente, cabe destacar ainda, que em 1882 tentou-se articular a criação de um Círculo de Marinha, em 1884 foi fundado o Clube Naval, e foi fundado em 1887, o Clube Militar, por 176 oficiais do Exército e 72 da Marinha. Assim, não parece que a

³⁰ O diretório funcionava na Irmandade de Santa Cruz dos Militares, fundada em 1623 e existente até os dias atuais. Foi, ao que parece, a primeira associação militar brasileira. Criada com a preocupação funerária (prover os enterros de militares), durante a Monarquia tornou-se a irmandade da alta oficialidade. A partir de 1828 D. Pedro I tornou-se seu provedor e foi considerada Imperial. Entre seus membros ilustres, constava o nome do duque de Caxias. QUEIROZ, Tito Henrique S. *Op. Cit.*, p. 88-9

³¹ PALHA, Garcez. *Op. Cit.*, p.63-64.

³² *Apud.* ALVES, Cláudia. *O Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2000, anexo.

imprensa militar do pós-guerra do Paraguai esteja alheia à mobilização política dos oficiais do Exército e da Armada, mas esta é, como já disto, em vista das evidências apresentadas, uma questão a ser problematizada e investigada.

Considerações finais

As evidências reunidas permitem sugerir que a “classe militar” foi construída cultural e politicamente ao longo do século XIX. Ao contrário do que sugere determinada historiografia, o fenômeno que se apresenta no pós-guerra do Paraguai não é o surgimento, mas sim a consolidação desta “classe” e de sua articulação política.

De fato, a expressão “classe militar” vinha sendo utilizada desde o início do século XIX por militares em sua atividade periodística. Na imprensa militar dos anos cinquenta, a ideia de classe militar em oposição aos civis já aparecia claramente colocada, mas esta divisão e oposição se aprofundam após a guerra. Na narrativa militar, a guerra e seu demorado desenrolar haviam decorrido da imprevidência dos políticos civis que não constituíram uma política de defesa considerando os investimentos na mesma como *despesa improdutiva*³³. Além disto, as duras críticas à morosidade das operações militares foram atribuídas indistintamente aos chefes militares: Tamandaré, Caxias, Inhaúma. Esta situação parece ter promovido a fissura final entre os universos cível e militar, passando a compor a memória e a identidade da classe militar brasileira. Isto é, os militares foram responsabilizados pelo desenrolar desastroso da guerra. Para além da amargura e do ressentimento da “classe”, outro elemento ganhou destaque no final do Império que dizia respeito ao direito do militar discutir e participar das decisões acerca da defesa nacional e da política em relação às Forças Armadas. Em 1882, a *Revista Marítima Brasileira* vai repisar, em outro contexto, o mesmo argumento já cunhado por volta dos anos trinta do século XIX. Tratando da defesa do Alto-Uruguay, região que julgava de toda desprotegida, o articulista observava:

Não nos fatigamos em pedir cautelas. Pedimo-las pela Pátria
e pela reputação da classe militar sobre a qual recahiria o

³³ Ver: ARIAS NETO, J. M.A. Marinha do Brasil nos escritos oitocentistas sobre a Guerra do Paraguai. In : RODRIGUES, Fernando R. & PEDROSA, Fernando G.V. *Uma Tragédia Americana: A Guerra do Paraguai sob Novos Olhares*. Curitiba: Prismas, 2015, p.533-583.

ignominioso labeo de uma derrota. Pois nessa ocasião as simples consequências da imprevidência dos governos seria levada à conta de nossa corporação. Por fim, nos tempos que correm, não compete ao militar tão somente a passiva obediência, também lhe cabe o dever de indicar à nação, quais as minúcias do plano pelo qual devem ser aproveitados os seus tantos sacrifícios. (A defesa do Alto-Uruguay. *Revista Marítima Brasileira*, v 3, julho-dezembro, 1882, p. 96-97).

Assim este questionamento da obediência passiva somada ao direito de manifestação ou de liberdade de expressão perpassou todo o século XIX tendo adquirido graves contornos ao final do império. Nos anos trinta a liberdade de expressão era considerada uma “possibilidade” no jornal *Cidadão Soldado*, nos anos cinquenta “um direito” pela editoria da *RMB* independente e nos anos oitenta um “dever” pela *RMB* institucionalizada. Esta característica da atuação dos militares permite redimensionar a chamada “questão militar” cujos conflitos redundaram na proibição de manifestação de militares através da imprensa, o que agravou a crise política dos anos de 1884 e 1885. Ao invés de mero conflito eventual, o Ministro da Guerra, ao proibir a manifestação dos militares pela imprensa atuou contra uma prática existente desde o momento de formação do estado, isto é, de um direito que, embora não escrito, estava bem assentado na mentalidade dos oficiais do Exército e da Marinha.

Neste sentido, embora a *Revista Marítima Brasileira* tenha sido institucionalizada a partir de 1881, o controle exercido pelo estado foi apenas parcial. Embutido nela já estava, como os soldados no bojo do cavalo de Tróia, toda uma tradição de livre manifestação, bem como uma linguagem que articulava a identidade da “classe militar” ao conceito de defesa nacional e opunha os militares aos civis, que defendiam não apenas o princípio constitucional da obediência passiva, mas também a ideia de que gastos com defesa eram despesas improdutivas.

Assim, a *Revista Marítima Brasileira*, deve ser compreendida em suas especificidades e particularidades que a articulam à uma tradição de luta pela construção da identidade da classe militar e, portanto, como um agente político fundamental articulado pelos oficiais envolvidos nesta luta. Assim, ao mesmo tempo perto e longe do

controle do governo, a Revista Marítima é o lócus específico para compreensão da ação política dos militares da Marinha na passagem do Império para a República³⁴.

Neste sentido o seu estudo deve ser articulado à compreensão da atuação da imprensa militar que lhe precede e que estabelece seus fundamentos e suas características principais. Daí decorre sua aparência ao mesmo tempo tão próxima e tão distante daquela imprensa militar dos anos cinquenta, mas com a qual guarda laços de solidariedade no tempo fundados na tradição, na memória isto é, no substrato da luta pela modernização tecnológica da Marinha, pela construção de uma identidade da “classe militar” e de uma “política de defesa”.

ARQUIVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivos

Arquivo Histórico da Marinha – Rio de Janeiro
Biblioteca de Marinha – Rio de Janeiro
Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – UEL – Londrina

Fontes

Revista Marítima Brasileira 1851-1855
O Brasil Marítimo 1854- 1859
Annaes Marítimos – 1861
O Indicador Militar – 1862
O Soldado e o Marinheiro – 1869
Gazeta Naval 1877
O Marinheiro 1881
Boletim del Centro Naval – 1882
Brasil. Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, 1850-1889;
Brasil. Coleção das Leis do Império.
Brasil. Almanak Militar
Brasil. Almanak do Corpo de Oficiais da Armada Nacional e Imperial
Brasil. Livros Mestre de Registros de Oficiais da Armada.

³⁴ As reapropriações e ressignificações da memória da Batalha Naval do Riachuelo no âmbito das narrativas das comemorações daquele evento publicadas na Revista Marítima Brasileira são sintomáticos a este respeito. Ver: ARIAS NETO, J.M. Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória. *Navigator* (Rio de Janeiro), v. 11, p. 35-53, 2015.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 113-156.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Cláudia Maria Costa. *O Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Tese de doutorado. Departamento de História. FFLCH-USP, 2000.
- ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: UNB, 1990.
- ARIAS NETO, J. M. A Revista Marítima Brasileira - 1851-1855: Um projeto de Marinha para o Império do Brasil. In: Luiz Carlos Carneiro de Paula; Renato Jorge Paranhos Restier Junior; Marcello José Gomes Loureiro; Fabiola Maria da Silva Chagas. (Org.). *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. 1ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, v. 1, p. 116-139.
- _____. Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2001.
- _____. Revista Marítima Brasileira: 1851-1855 - A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no século XIX. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 8, p. 4-29, 2012.
- _____. Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória. *Navigator* (Rio de Janeiro), v. 11, p. 35-53, 2015.
- _____. A Marinha do Brasil nos escritos oitocentistas sobre a Guerra do Paraguai. In: RODRIGUES, Fernando R. & PEDROSA, Fernando G.V. *Uma Tragédia Americana: A Guerra do Paraguai sob Novos Olhares*. Curitiba: Prismas, 2015, p.533-583
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 9-40.
- BENTIVOGLIO, Julio. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos Annales. *História Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 223-238, jan./jun. 2012.p.226.
- BERGER, Paulo. *A tipografia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1984.
- BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros Brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CARVALHO, José Murilo. *A Construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996.
- _____. Forças armadas e política, 1930-1945. In OLIVEIRA, Eliézer. R. *Política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 109-87.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- _____& IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COSTA, Vilma Peres. *A espada de dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/Editora da UNICAMP, 1996.
- DARNTON, Robert.: *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- DUBY, George. *O domingo de Bouvines; 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição*. São Paulo: Anablume, 2006.
- EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*.
- FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis et alli. *A esquadra e a oposição parlamentar*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia Francesa, 1868.
- _____. *A marinha de outrora (subsídios para a História)*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894.
- FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito e CORRÊA, Maria Leticia (Orgs.). *200 anos de Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- GREENHALGH, Juvenal. *O arsenal de marinha do Rio de Janeiro na História (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Arsenal de Marinha, 1965.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Edições Anpuh, 2011.
- HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- _____. *Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris: Édition du Seuil, 2003.
- HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.
- _____. *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2010.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios, 1874-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. In HOLANDA, Sérgio B. (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, t.2, v.5.
- JANOTTI, Maria .L. Mônaco . *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JUDT, Tony. *O século XX esquecido: lugares e memórias*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KNAUSS, Paulo, et alli. *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Mauad X; FAPERJ, 2011
- KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosacnaif, 2009.
- KURY, Lorelay (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- LESSA, Mônica Leite e FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro; EDUERJ, 2008
- LOPES, Murilo Ribeiro. *Rui Barbosa e a Marinha*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1953.
- LUCA, Tânia Regina de. *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos - A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MAHAN, A . T. *Influencia del poder naval en la Historia*. El Ferrol: Imprenta de 'El Correo Galego', 1901.

- MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *A marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: Tecnologia, Forças Armadas e Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC/MinC/ Pró-memória/Instituto Nacional do Livro, 1987.
- MIRANDA DE SÁ, Dominichi. *A ciência como profissão*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. 2 ed. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2010.
- ___ e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *Imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no Exército Brasileiro (1850-1881)*. Tese de doutoramento: Porto Alegre, PUC, 2015.
- PALHA, Garcez. *Efemérides Navais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço Geral de Documentação da Marinha, 1983.
- QUEIROZ, Tito Henrique Silva. *O associativismo militar no Brasil (1890-1940)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. UFF, 1997.
- RÉMOND, R. (Dir.). *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988.
- RESTIER JR, Renato Jorge Paranhos. *A modernização da Armada Imperial e os conflitos no Prata durante o Segundo Reinado (1850-1876)*. Rio de Janeiro: 2011, Dissertação de Mestrado, UERJ.
- QUEIROZ, Tito Henrique Silva. *O associativismo militar no Brasil (1890-1940)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFF, 1997 p. 72.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- TOPIK, Steven. *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios 1889-1897*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- VIDIGAL, Armando & ALVES DE ALMEIDA, F.E. *Guerra no mar*. Rio de Janeiro: Record,
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- VINHAES, Augusto. “A gênese desta revista. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 9, p.1285, 1928.
- WEIGLEY, Russel (Org.). *Novas dimensões da História Militar*. 2º Volume. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército, 1982. (2 vols.).
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Sao Paulo: Editora UNESP, 2011.